

Cultura Política e História: *algumas interlocuções*

Political Culture and History: some dialogues



FIDELIS, Thiago*

 <https://orcid.org/0000-0003-0406-1559>

RESUMO: O presente artigo buscou analisar o conceito de Cultura Política, levando em conta suas interlocuções com a perspectiva historiográfica, em especial a História Política. Para exemplificar a discussão relacionada ao termo em si, foi feita a opção de um recorte espacial e temático, levando em conta o Brasil entre 1930 e 1964, bem como considerações sobre o jornal Última Hora (UH), com alguns de seus textos analisados sob o viés das perspectivas sobre o conceito apresentado no início do artigo. Nesse contexto, as discussões elencadas dialogam entre si, buscando estruturar elementos práticos de como o termo Cultura Política pode ser pensada e utilizada na historiografia.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Política; Cultura Política Trabalhista; Historiografia; Última Hora.

ABSTRACT: This article sought to analyze the concept of Political Culture, taking into account its interlocutions with the historiographical perspective, especially Political History. To exemplify the discussion related to the term itself, the option was made a spatial and thematic cut, taking into account Brazil between 1930 and 1964, as well as considerations about the newspaper Última Hora (UH), with some of its texts analyzed. from the perspective of perspectives on the concept presented at the beginning of the article. Within this perspective, the discussions listed dialogue with each other seeking to structure practical elements of how the term Political Culture can be thought and used in historiography.

KEYWORDS: Political Culture; Labor Political Culture; Historiography; Última Hora.

Recebido em: 31/05/2024
Aprovado em: 22/10/2024

* Doutorando em História pela Uem, Maringá-PR. Doutor em Ciências Sociais pela Unesp, Araraquara-SP. Professor da Uemg, Frutal-MG. E-mail: fidelisrp@gmail.com.



Introdução

Pensar em política na historiografia é um ato que envolve, para além da definição do objeto por si só, a forma como o assunto é recebido nessa área. No escopo desse artigo, a sistematização sobre o que é a política propriamente dita não será analisada (sendo uma articulação mais ampla e, talvez, mais oportuna em outra ocasião) mas, em linhas gerais, a perspectiva sobre a abordagem do assunto será o mote central e, em desdobramento desse aspecto, a análise sobre o conceito de cultura política.

Para uma maior delimitação sobre a temática, a política na historiografia terá como ponto de vista, nas linhas que se seguem, a historiografia francesa e seus desdobramentos nos escritos de história no Brasil. Sendo assim, é importante enfatizar que as questões abordadas aqui não podem (e nem devem) ser estendidas para outros locais ou tradições, uma vez que há discussões em específico sobre o assunto que não serão abordadas, necessariamente, nesse espaço.

Tal escolha ocorre, sobretudo, pela enorme influência dos escritos franceses sobre a historiografia brasileira (Motta, 2009, p. 29-30). Desse modo, é importante atentar para a ruptura proporcionada, em 1929, pela revista *Annales d'Historie Économique et Sociale* (que passou a ser conhecida como revista dos *Annales*), publicação idealizada pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre (Burke, 1997, p. 27-32).

Por que, exatamente, ocorreu essa ruptura? E com o quê, exatamente? O questionamento não era, exatamente, contra a política propriamente dita, mas sim contra a forma como se pensava (e se produzia) a história até então, enfatizando-a como uma descrição de grandes heróis e de homens que, por suas ações, marcaram a história e o destino de todos os seus comandados ou das pessoas ditas “comuns” (Burke, 1997).

Durante as décadas seguintes, embora os acontecimentos políticos pulularam no “breve século XX”, nos dizeres de Eric Hobsbawm (1995), a temática ficou estigmatizada e pouco foi abordada na historiografia dos *Annales*, que acabou tomando a hegemonia da produção francesa nesse período (Dosse, 1994). Dessa forma, embora vários conceitos poderiam ser analisados em um viés de maior valorização política, tal não ocorria em praticamente momento algum, o que fazia com que o tema não tivesse mais vez ou voz na abordagem francesa.

Além disso, a chamada Terceira Geração do grupo (Dosse, 1994) retomaria, já nos anos 1970, algumas temáticas sobre o assunto, como por exemplo, Jacques Julliard, que no

artigo A política, presente na obra *História: Novas Abordagens*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, justifica o menosprezo dedicado pelos *Annales* à historiografia política tradicional, indicando que essa:

[...] é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as series; o seu objetivo é particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual (Julliard, 1976, p. 181).

Ainda nesse mesmo texto, no entanto, o autor defende a “reinserção” na política na historiografia, indicando que a história política “poderia evitar ao conjunto dos historiadores a longa travessia do deserto sistêmico, trazendo-lhes, enfim, uma contribuição essencial à interpretação global da mudança” (Julliard, 1976, p. 193). Acompanhando tal perspectiva, o historiador brasileiro Francisco Falcon indica que “o essencial é o conceito de acontecimento político a ser revisto, ponto de partida para uma história política compreensiva, embasada em conceitos [...] além de maior abertura aos elementos culturais tidos até aqui como extrapolíticos [...]” (Falcon, 1997, p. 79-80). No entanto, o debate sobre a “consolidação” da temática na história política francesa ganharia força, novamente, a partir da publicação da coletânea *Por uma história política*, organizada pelo historiador francês René Rémond. Com artigos de vários autores que faziam parte do Instituto de História do Tempo Atual (vinculado à Universidade de Paris, na qual ele era docente), o livro vinha como uma espécie de “manifesto” a favor da política, ou da presença dessa nas análises históricas e historiográficas novamente (Rémond, 2003, p. 9-12). Portanto, o tema da política teria sido “reinserido” na historiografia francesa no período (Sirinelli, 1997).

Dentre os vários conceitos e as temáticas abordados na obra, um deles não teve um capítulo em específico, mas era um dos principais elementos abordados por um dos principais historiadores presentes na obra, Serge Berstein, que era o de cultura política. Será sobre esse ponto em específico que o artigo encaminhará suas reflexões.

Cultura Política e suas diferentes abordagens

Embora o termo tenha sido bastante abordado e refletido por Berstein, ele não foi criado pelo historiador e nem teve origem em linhas dentro da historiografia. O conceito foi posto em pauta na ciência política estadunidense dos anos 1960, mais especificamente na obra *The Civic Culture*, publicada em 1963 por Gabriel Almond e Sidney Verba. Ambos os autores, a partir de uma análise voltada para aspectos mais “culturalistas” do assunto, buscaram uma compreensão dos aspectos ligados à perspectiva política, entendendo que a forma de compreensão sobre tal aspecto dos cidadãos e cidadãs de qualquer lugar não passa somente pela racionalidade ou por aspectos institucionais, mas também por hábitos, crenças, costumes e valores em geral que delimitam ou permeiam uma região ou um determinado período (Almond; Verba, p. 1989).

A partir disso, foram construídas categorias para a análise, sendo as principais: a paroquial (marcada pela ausência de instituições políticas com poder e tradição no local, sendo a liderança exercida por um líder definido pela tradição e pelos aspectos estritamente culturais do local), a subjetiva ou sujeita (base autoritária, sendo apenas o Estado a fonte das normas e da organização social, com as leis atendendo aos interesses das lideranças) e a participante (cujos habitantes do local seriam mais “integrados” à política, no sentido de participarem mais ativamente das discussões sociais e serem ligados às leis, não necessariamente às lideranças em si) (Almond; Verba, 1989, p. 17-20). Sendo assim, baseado nas tipologias ideais propostas por Weber e tratadas por pesquisadores como Parsons, os autores buscaram tipificar comportamentos de determinados grupos, embora enfatizassem, a todo o tempo, que tais perspectivas poderiam entrecruzar-se, não sendo conceitos totalmente fechados (Fidelis, 2017, p. 187-189).

Os dados levados em conta para exemplificar tal argumentação foi estruturada com base em entrevistas realizadas com pessoas de cinco países distintos (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e México) (Almond; Verba, 1989). A partir dos resultados empíricos obtidos, entrecruzados com as perspectivas teóricas propostas, os autores tipificaram os comportamentos ideais desses países, indicando que cada um deles teria uma forma diferente de pensar e integrar seus cidadãos com ações políticas predominantes no local, sendo que nos Estados Unidos e na Inglaterra essa participação seria mais ampla e funcional, ao contrário dos outros três países, que teriam uma integração “menos efetiva” (Almond; Verba, 1989).

Tal abordagem, na perspectiva historiográfica francesa, foi amplamente criticada de maneira negativa, uma vez que tal tipologia dava a entender que, de fato, haveria uma hierarquia de comportamentos e, conseqüentemente de culturas na sociedade mundial (para além das perspectivas bastantes críticas contra o comunismo propostas pelos autores, o que também causou incômodo). No entanto, o conceito de cultura política foi amplamente ressignificado (Castro, 2008), tendo uma nova compreensão na historiografia, sobretudo na francesa.

Embora o termo não tenha sido problematizado, diretamente, na obra de Rémond (2003), alguns de seus autores já vinham debatendo e utilizando o conceito em suas obras, sobretudo Berstein. O conceito passou a ter uma nova dimensão, uma vez que abria possibilidades para novas interpretações de inúmeros fatos da historiografia até então tratados de maneira factual e superficial, sem as problematizações indicadas pelas novas correntes historiográficas (em especial os Annales). Como indica o próprio Berstein (1998, p. 359-361):

O estudo da cultura política, ao mesmo tempo resultante de uma série de experiências vividas e elemento determinante da acção futura, retira sua legitimidade para a história da dupla função que reveste. É no conjunto um fenómeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenómeno colectivo, partilhado por grupos numerosos [...] ora, se a cultura política retira sua força do facto de, interiorizada pelo indivíduo, determinar as motivações do acto político, ela interessa ao historiador por ser, em simultâneo, um fenómeno colectivo, partilhado por grupos inteiros que se reclamam dos mesmos postulados e viveram as mesmas experiências (Berstein, 1998, p. 359-361).

Na historiografia brasileira, o conceito também teve ampla aceitação a partir das novas discussões nos estudos franceses sobre o assunto, sendo que inúmeros autores e correntes passaram a adotar e trabalhar com o tema (Motta, 2009, p. 13-37). Apesar de tal conceito não seja hegemônico entre os historiadores e historiadoras da política, seu uso é bastante comum e, ainda que problematizado, foi e ainda é utilizado em várias perspectivas de estudo sobre inúmeros temas na história brasileira, sobretudo em perspectivas dos séculos XIX e XX (Motta, 2009, p. 13-37). Como indica a historiadora Ângela de Castro Gomes:

De uma maneira muito esquemática, pode-se dizer que as culturas políticas têm formas pelas quais se manifestam e evidenciam mais frequentemente: um projeto de sociedade, de Estado ou uma leitura compartilhada de um passado comum, por

exemplo. Têm igualmente algumas instituições-chave – como família, partidos, sindicatos, igrejas, escolas, etc. -, fundamentais para sua transmissão e recepção. Por outro lado, culturas políticas exercem papel fundamental na legitimação de regimes, sendo seus usos extremamente eficientes. Em todos os casos, as culturas políticas articulam, de maneira mais ou menos tensa, idéias, valores, crenças, símbolos, ritos, mitos, ideologias, vocabulário etc (Gomes, 2005, p. 132).

Assim, com base nesse cenário, o período estruturado nessa pesquisa foi analisado dentro dessa conceituação, a qual exploraremos a seguir.

O Brasil entre 1930 e 1964: cultura política e culturas políticas

O período consagrado na historiografia brasileira, entre os períodos de 1930 e 1964 é apontado, em linhas gerais, como bastante decisivo por mudanças de extrema importância no Brasil. Embora todos os períodos, em quaisquer locais, possuam inúmeras modificações e tragam impactos significativos tanto para aquele momento em si como para vários outros, essa temporalidade chama a atenção por uma série de fatores instigantes na análise historiográfica.

Em fins de 1930, após a movimentação que culminou com um golpe de Estado destituindo Washington Luís e empossando Getúlio Vargas como o chefe provisório do Executivo (Fausto, 1982), várias mudanças foram instituídas tanto na política institucional como em práticas do período, embora nenhuma delas de cunho revolucionário (Fausto, 1982). Dentre os inúmeros aspectos, o que mais foi divulgado pelo próprio governo e atrelado à figura do presidente foi o conjunto de mudanças e instituições ligadas às leis e práticas dos trabalhadores do meio urbano, em uma prática mais conhecida como Trabalhismo.

É importante ressaltar que a movimentação de trabalhadores e lideranças sindicais não é algo original desse período, já tendo ampla organização no Brasil desde o início do século XX (Batalha, 2000). No entanto, inegavelmente, sob os auspícios de Vargas o assunto ganhou imensa referência, sobretudo, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo Lindolfo Collor como primeiro mandatário que teve como principal função o mapeamento sindical e o levantamento da situação dos trabalhadores do país no período (Gomes, 1994, p. 147-149).

Até a Constituição de 1934, inúmeras leis foram discutidas, estruturadas e colocadas como pautas na Carta Magna, fazendo com que inúmeros desses setores ficassem próximos

ou apoiassem as políticas varguistas. Mesmo com o Estado Novo, as perspectivas trabalhistas continuaram como pauta e, dessa vez, de maneira mais intensa, sendo um dos principais pontos na construção da imagem de Vargas pela ação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Nesse sentido, o controle pela parte do governo foi ainda mais intenso, uma vez que o aumento da produção industrial e da urbanização no Brasil era diretamente proporcional à demanda de intensa mão-de-obra e, a partir desse ponto, era de extrema importância o controle desse grupo para um melhor direcionamento dessa demanda (Capelato, 2009, p. 177-197), além de não deixar espaço para a influência de grupos de setores comunistas nessas agremiações (Motta, 2002, p. 32-70).

Tal controle por conta do governo, assim como os desdobramentos de várias ações durante os quase quinze anos de Vargas à frente do Executivo nacional, são elementos fundamentais para entender o movimento intitulado de *queremismo*, uma vez que, com a (iminente) democratização do país em 1945, a campanha eleitoral era polarizada por duas candidaturas que, segundo as lideranças trabalhistas, não mobilizava o eleitorado e, por conta disso, o nome do atual presidente seria o mais indicado para continuar à frente do governo, mesmo que ele já tivesse dado inúmeras amostras de que não era entusiasta do sistema democrático (Ferreira, 2003).

O *queremismo* foi visto, principalmente pela oposição varguista, como uma imensa contradição e um dos principais indícios do “atraso” da população brasileira, cuja maioria preferia continuar com um ditador na democracia a buscar um novo líder para o período (Ferreira, 2003). Tal argumentação foi muito intensa no processo eleitoral de 1950, uma vez que Vargas concorreu e foi eleito para o Executivo nacional, causando indignação nos círculos políticos contrários ao legado do ex-presidente que voltaria a ocupar o posto (D’Araújo, 1992, p. 26-29).

Evidentemente, há muitos outros aspectos a serem explorados nessa perspectiva. No entanto, para não alongar muito e fugir ao escopo proposto no artigo, o conceito de cultura política é adotado como uma forma de buscar uma compreensão mais ampla de todos esses aspectos, principalmente dessas possíveis “contradições” existentes no período, desde o comportamento eleitoral de grande parte dos brasileiros até às movimentações de líderes sindicais em relação a Vargas e ao seu grupo.

Também é importante salientar porque há a preferência pelo uso do termo cultura política no plural, uma vez que nesse período é relativamente fácil de detectar os principais

grupos que se movimentavam nas trocas ou nas disputas políticas. Como forma de mapear um pouco melhor esse período (embora seja importante destacar que não há nenhuma pretensão em esgotar a temática ou promover um mosaico fechado das linguagens políticas nesse contexto), as principais culturas políticas presentes no período foram: a) Cultura Política Liberal-Autoritária: predominante no Brasil desde a crise do período imperial, esse grupo possuía como principais perspectivas aspectos relacionados ao sistema republicano, em conjunto com aspectos liberais, como de liberdades individuais até a presença diminuta do Estado na economia (embora ela seria justificável em momentos de crise) e participação ampla de vários setores na sociedade. No entanto, esse grupo utiliza os valores liberais em determinados graus, uma vez que em vários momentos os limites à cidadania seriam justificáveis, como, por exemplo, a participação restrita de vários setores da sociedade no processo eleitoral, uma vez que alguns desses grupos não teriam capacidade o suficiente para participarem “corretamente” das eleições; além disso, em todas as tentativas de golpe no Brasil após 1945, tal grupo justificava o apoio a essas ações levando em conta que, embora a democracia fosse um valor fundamental a ser mantido, ela deveria ser restrita aos grupos que “entendiam” como ela funcionava, ou seja, àqueles que coadunavam com seus valores instituídos.

Em linhas gerais, os principais participantes desse grupo estavam ligados à União Democrática Nacional (UDN), principal partido que aglutinava a oposição aos valores instituídos por Vargas e parte significativa do Partido Social Democrático (PSD), agremiação de maior representatividade até 1966 (quando todos esses grupos foram extintos); b) Cultura Política Militar: mesmo sendo uma instituição bastante antiga, os aspectos mais marcantes das ações dos grupos ligados a essa cultura política são mais perceptíveis também a partir do final do século XIX, também no período de crise do governo de D. Pedro II e, de maneira mais específica, após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Após tal processo, que culminou com a abolição e, posteriormente, com a Proclamação da República, os militares passaram a ter presença predominante na política, interferindo em vários momentos cruciais da política. As principais características que podem ser apontadas desse grupo são: a estrita manutenção da ordem e a repulsa a qualquer perspectiva de mudança brusca da sociedade, além da defesa do desenvolvimento científico e intelectual da sociedade (o slogan na bandeira brasileira, “Ordem e Progresso”, de origem positivista, sintetiza bem tais aspectos).

Embora economicamente e, mesmo politicamente, possuíam muitas convergências com a cultura política liberal-autoritária, o caráter autoritário era ainda mais exacerbado, uma vez que esse grupo indicava conter em si o “gérmen” da moral e estaria “acima” dos políticos, pois não teriam interesses pessoais, mas sim de organizar e manter a pátria no “caminho correto”; c) Cultura Política Católica: o catolicismo enquanto força política no Brasil fora predominante em sua formação colonial e mesmo no império, com a separação entre Estado e Igreja preconizada na Constituição de 1891, ainda sim a Igreja Católica possuía papel importante no país. Mesmo não participando diretamente da política institucional, os valores desse grupo influenciavam na política, defendendo uma espécie de “terceira via” entre o “capitalismo materialista” e o “comunismo ateu”, buscando uma forma de desenvolvimento que conseguisse juntar os principais elementos positivos dessas correntes (busca unir desenvolvimento econômico e tecnológico com uma justa distribuição das riquezas produzidas).

O principal representante desse grupo, no campo da política institucional, foi o Partido Democrata Cristão (PDC); d) Cultura Política Comunista: organizada no país, sobretudo, a partir da Revolução Russa e da fundação do Partido, em 1922, na verdade, trazia em seu bojo características anteriores a essa formação, principalmente de grupos que buscavam mais direitos para os trabalhadores, principalmente os de zona urbana. Em linhas gerais, esse grupo defendia princípios ligados ao fim das relações capitalistas e a organização de um governo com base popular, instituindo uma sociedade sem classes e de iguais chances a todas as pessoas. Embora o partido foi mantido, na maior parte desse período na ilegalidade, continuou desenvolvendo ações significativas, principalmente entre a intelectualidade brasileira, tanto na Academia como, principalmente, na imprensa, tendo ampla influência em vários debates instituídos no período; e) Cultura Política Trabalhista: consolidada no governo Vargas, já trazia em suas características pautas e perspectivas anteriores aos anos 1930. Também preconizavam mudanças nas relações capitalistas, mas não em um caráter revolucionário, uma vez que não questionavam as relações entre empregadores e empregados, mas sim as desvantagens que esses possuíam e quais medidas poderiam ser feitas para a melhoria de condições dos trabalhadores. Por fim, defendiam a ideia de que o desenvolvimento do país, sob um viés estatista, era importante, pois traria benefícios tanto para os investidores quanto para os assalariados, por isso todos ganhariam

com essa forma. As principais lideranças desse grupo foram aglutinadas, no período estudado, no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O mapeamento acima não tem como pretensão, como já foi enfatizado, esgotar todas as perspectivas políticas do período, mas indicar as principais tendências existentes nesse contexto. Também é importante enfatizar que, em algumas situações, grupos ou pessoas acabam transitando entre culturas políticas distintas e alguns pontos são convergentes entre vários grupos. Como exemplo, no caso do golpe civil-militar de 1964, dentro da tipologia exposta, três dessas cinco culturas políticas expostas convergiram para a ação, sendo que a movimentação em si foi organizada por grupos das culturas políticas liberal-autoritária e militar, com apoio também da Igreja Católica no período.

Nesse contexto, é importante indicar também que os membros ligados a uma cultura política não pensam, necessariamente, de maneira uniforme. Ainda dentro do exemplo indicado, várias pessoas ligadas a essas culturas políticas não concordaram com o fato, sendo que muitos foram perseguidos e sofreram, basicamente, as mesmas consequências dos membros das culturas políticas opositoras, mesmo pertencendo aos grupos que se apossaram do poder.

Portanto, é importante salientar, como Berstein já indicou (2009, p. 31-36), a plasticidade do conceito, levando em conta que, mesmo entre grupos ou conjunturas já consolidadas, sempre haverá divergências e exceções. Por conta desse aspecto, a fonte utilizada para a pesquisa, a UH, será analisada como um vetor para a divulgação e, também, construção da cultura política trabalhista, com todas as idiosincrasias e contradições que os grupos em si carregam.

Ultima Hora

Após o carnaval de 1949, foi publicada em O Jornal, periódico pertencente ao conglomerado Diários Associados (DA), de Assis Chateaubriand, uma entrevista com o senador e ex-presidente Getúlio Vargas, que admitia a hipótese de se candidatar novamente ao cargo máximo do Executivo nacional. O conteúdo em si causou imenso impacto no cenário político nacional, uma vez que os principais partidos já articulavam nomes para as eleições presidenciais do ano seguinte e o nome do político gaúcho delimitaria novos parâmetros para o pleito (D'Araújo, 1992).

O repórter responsável pela entrevista, Samuel Wainer, acompanhou a campanha de Vargas de maneira bastante próxima, sendo um dos poucos jornalistas que deram espaço para o candidato. A imprensa, de maneira geral, fazia intensa oposição contra o ex-presidente, uma vez que grande parte dos donos desses conglomerados eram ligados à cultura política liberal-autoritária, com o agravante de que praticamente todos esses grupos foram censurados durante o Estado Novo. Assim, em linhas gerais os jornais oscilaram, na cobertura eleitoral em relação a Getúlio, entre os ataques diretos e à indiferença às suas ações (Fidelis, 2018, p. 101-102).

Nessa perspectiva, em 12 de junho de 1951 foi lançado a UH, como uma forma de buscar consolidar um espaço, dentro da imprensa de maior circulação, para a divulgação de fatos do governo de maneira positiva, uma vez que os princípios expostos na publicação eram convergentes com os princípios defendidos pelo governo. Nessa edição inaugural, por exemplo, na coluna à esquerda da capa foi publicado uma carta do próprio Vargas a publicação, parabenizando seus idealizadores pela ação e praticamente “dando as bênçãos” para o novo jornal (Barros apud Campos, 1993, p. 63-71).

Mesmo após a morte de Vargas, a publicação de Wainer continuou dentro dos princípios da cultura política trabalhista, mantendo o legado de Vargas e defendendo os políticos ou ações ligadas ao ex-presidente e ao PTB. É importante lembrar, conforme já comentado, que as discordâncias existiam e eram expostas aos leitores, como, por exemplo, nas eleições presidenciais de 1955, quando a UH discordou da orientação oficial do PTB e, ao invés de apoiar as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart (mais conhecido como Jango) para presidente e vice, estruturou seu apoio ao ex-governador paulista Ademar de Barros, lançando como vice o diretor-geral do jornal, Danton Coelho (D’Araújo, 1996, p. 110). No entanto, mesmo com essas diferenças, na crise da possível interdição da posse dos candidatos eleitos e no contragolpe executado pelo marechal Lott, a publicação manteve-se ligada à Constituição e defendeu que os vencedores do pleito assumissem.

O período estruturado na pesquisa vem de uma crise intensa causada pela renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Após o breve período do ex-governador de São Paulo no poder, houve uma intensa ameaça de ruptura de origem civil e militar, uma vez que as principais lideranças ligadas às culturas políticas liberal-autoritária e militar não concordavam com a posse de Jango, que havia sido eleito novamente como vice e, ao “receber” o poder, causara

uma intensa disputa que, por muito pouco, não culminou em uma intervenção militar no período (Ferreira, 2011, p. 217-261).

A UH defendeu enfaticamente a posse de Jango, atacando de maneira bastante intensa aqueles que tentavam impedir tal acontecimento e, nessa defesa, reafirmavam os princípios da cultura política trabalhista. Durante todo o governo de João Goulart, até o golpe em 1964, a publicação manteve-se próxima do presidente, defendendo as ações governamentais e dos ataques, cada vez mais pesados, de seus opositores, mantendo um dos aspectos elencados por Ângela de Castro Gomes sobre o conceito de cultura política: “estudar uma cultura política [...] é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais” (Gomes, 2005, p. 33).

Conclusão

Em linhas gerais, a política é uma das áreas mais profícuas para a análise historiográfica, que pode desdobrar para outras formas ou perspectivas, como aspectos culturais, sociais e econômicos, entre outros, como lembrou bem Francisco Falcon (1997, p. 76), ao indicar que a nova história política aborda: “não mais apenas a política em seu sentido nacional [...] em nível das representações sociais e coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder”. Dentro dessa perspectiva, vários conceitos ou metodologias podem ser abordadas e organizadas, sendo que a opção da análise do artigo foi o de cultura política.

Mesmo com todas as problemáticas e perspectivas apontadas em relação ao conceito, sua utilização é bastante intensa, principalmente pelas possibilidades de conexões com outras ideias ou princípios, deixando sempre uma margem para as exceções ou novas interpretações, dependendo dos objetos ou das fontes na pesquisa. Como lembrou bem a historiadora Ângela de Castro Gomes:

[...] a categoria cultura política foi definida como ‘um sistema de representações, complexo e heterogêneo’, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento no tempo. Um conceito capaz de possibilitar a aproximação com uma certa visão de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo, e redimensionando o acontecimento político para além da curta duração (Gomes, 2005, p. 31)

Embora o conceito de cultura política não seja a panaceia de todos os males para a análise historiográfica, ela é uma das inúmeras possibilidades que podem ser apresentadas para as pesquisas sobre a temática. Logo, o tema e o período estruturados na nossa pesquisa poderiam ser organizados ou estruturados por várias outras formas, variando conforme as afinidades teóricas e/ou metodológicas dos pesquisadores e pesquisadoras. No entanto, a opção pelo termo foi feita pela perspectiva adotada de que ele pode trazer grande contribuição à temática instituída.

Referências

- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. 3ª ed. Newbury Park: SagePublications, 1989.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. La cultura política. In: ALMOND, G. et al. *Diez textos básicos de ciência política*. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.
- BARROS, Theodoro de. Imprensa era dominada por um grupo familiar até 1950. In: CAMPOS, Anderson (org.). *Nos tempos de Wainer: a Última Hora de Samuel*. Rio de Janeiro: ABI-Copim, 1993.
- BATALHA, Claudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean P.; SIRINELLI, Jean. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- CAPELATO, Maria H. R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CASTRO, Henrique. C. O. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol. 2, nº.1, jan-jun. 2008.
- D'ARAÚJO, Maria C. S. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992 (Série Fundamentos; 90).
- D'ARAÚJO, Maria C. S. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DOSSE, François. *A História em migalhas. Dos Annales à Nova História*. 2ª reimpressão. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. (orgs). *O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FIDELIS, Thiago. Cultura Política e Neoinstitucionalismo: Breves Reflexões. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, vol. 9, nº 18, Julho-Dezembro de 2017, p. 184-206.

FIDELIS, Thiago. *PRETO NO BRANCO: as crises políticas institucionais pelas páginas de O Estado de S. Paulo e Última Hora (1954/1956)*. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara).

GOMES, Ângela C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Ângela C. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria F. B.; GOUVÊA, Maria F. S (orgs). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976 (Ciências Sociais).

MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo P. S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo P. S. (org). *Cultura política na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. L’Histoire politique et culturelle. *Sciences Humaines*, Paris, n. 15, p. 157-164, out. 1997.